

Instruções:

- O texto definitivo deve ser escrito à tinta preta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos motivadores terá o número de linhas copiadas desconsiderado para a contagem de linhas.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”;
- fugir ao tema ou não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.
- apresentar nome, assinatura, rubrica ou outras formas de identificação no espaço destinado ao texto.

TEXTOS MOTIVADORES

Texto 1

Política ambiental do governo prejudica o Brasil, avaliam senadores

Parlamentares destacaram mudança da meta oficial de preservação da Amazônia pelo Ministério do Meio Ambiente, que desconsideraria o objetivo de redução do desmatamento e incêndios ilegais

Vários senadores fizeram críticas à política ambiental do governo federal após publicação, na semana passada, de levantamento da imprensa sobre uma série de atos do Executivo nos últimos meses com medidas infralegais para flexibilizar a legislação de proteção ao meio ambiente. Para alguns parlamentares, o governo prejudica a imagem do Brasil no exterior, com impactos negativos para a economia.

[...]

Também vem sendo condenada pelos senadores a reforma administrativa nos órgãos ambientais, como a reestruturação do Instituto Chico Mendes (ICMBio) com exoneração de gestores especializados, além de chefes de fiscalização do Ibama, e a centralização da gestão das unidades de conservação em cargos ocupados por militares.

Desmatamento

Repercutiu negativamente ainda entre os senadores a notícia de que o Ministério do Meio Ambiente quer mudar a meta oficial de preservação da Amazônia. A proposta de Salles seria desconsiderar o objetivo de redução do desmatamento e os incêndios ilegais em 90% no país, conforme previsto no Plano Plurianual (PPA) do governo até 2023. A garantia de preservação se restringiria apenas a uma área específica de 390 mil hectares de vegetação nativa.

[...]

Investidores

O afastamento dos investidores internacionais em razão da política ambiental brasileira é outra consequência negativa apontada pelos senadores. [...]

A preocupação é maior entre os parlamentares que representam a Região Norte. [...]

Política ambiental do governo prejudica o Brasil, avaliam senadores. **Agência Senado**, 4 ago. 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/04/politica-ambiental-do-governo-prejudica-o-brasil-avaliam-senadores>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

Texto 2

Pesquisadores e organizações ambientais criticam versão da Lei do Licenciamento

Pesquisadores e organizações ligadas à área do meio ambiente criticaram a quarta versão do projeto de Lei do Licenciamento Ambiental [...].

Para eles, o texto também abre espaço para que cada estado e município do País criem [...] suas próprias regras de licenciamento, sem seguir definições dos conselhos de meio ambiente e orientações do Ibama. Sem que essa hierarquia fique clara, declaram os pesquisadores, a tendência será que estados e municípios passem a dispensar licenças para atrair investimentos, gerando uma guerra ambiental entre os entes federados.

[...]

O coordenador de políticas públicas do Greenpeace, Marcio Astrini, chama a atenção para o fato de que os impactos indiretos gerados por empreendimentos vão existir, mas que acabarão recaindo sobre o governo, porque não serão mais responsabilidade dos empreendedores.

[...]

O pesquisador [Sánchez] destaca ainda a revogação de um artigo (67) da Lei de Crimes Ambientais. “Abre-se uma fantástica possibilidade de pressionar o analista ambiental a aprovar tudo, porque não há mais a responsabilização do agente público. Se aprovado

este projeto de lei, o licenciamento ambiental no Brasil deixará de ter conteúdo e será transformado em formalidade burocrática”.

[...]

“Ao permitir a flexibilização dos estudos ambientais, com critérios diferentes a serem deliberados pelos estados, podem ocorrer efeitos de uma guerra fiscal entre as unidades da Federação”, afirma a bióloga Lisiane Becker, do Instituto Mira-Serra. “Há facilidades que se dirigem ao agronegócio, já que a simples inscrição no Cadastro Ambiental Rural passa a ter efeitos de licença para o setor agropecuário” [...].

[...]

Atualmente, há 120 processos de demarcação em fase de identificação pela Funai e 43 com relatório de estudo já aprovado pela presidência da fundação. “São, portanto, 163 terras indígenas que seriam sumariamente excluídas de licenciamentos ambientais, o correspondente a 22% do total de terras indígenas do País”, diz Mauricio Guetta, do ISA. Quanto ao remanescente de territórios quilombolas, os dados do Incra apontam 1.755 processos de reconhecimento em andamento, contra apenas 241 terras já tituladas. Na prática, 87% do total seria excluído do licenciamento, pela atual versão do texto.

A atual versão do projeto também isenta do licenciamento as unidades de conservação de categorias de “uso sustentável”, ou seja, aquelas que não possuem proteção integral e permitem algum tipo de exploração. [...]

Pesquisadores e organizações ambientais criticam versão da Lei do Licenciamento. **Estadão Conteúdo**, 9 ago. 2019. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2019/08/09/interna_nacional,1076185/pesquisadores-e-organizacoes-ambientais-criticam-versao-da-lei-do-lice.shtml>. Acesso em: 19 nov. 2020.

Texto 3

BECK, Alexandre. **Armandinho**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/tirasarmandinho/photos/np.1455644841717410.100005065987619/1127582013953770>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

Proposta de redação

Com base nos textos motivadores e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto **dissertativo-argumentativo** em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Impactos da flexibilização de leis ambientais”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Dica de redação nota 1 000

Para planejar a escrita da sua redação, lembre-se também de textos verbais e não verbais sobre o mesmo tema que façam parte de seu repertório. Avalie de que forma eles podem contribuir para o desenvolvimento das suas ideias e argumentos.

Nome: _____

Nota:

Turma: _____ | Número: _____ | Data: ____ / ____ / ____

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26 _____

27 _____

28 _____

29 _____

30 _____

GRADE SUGESTIVA DE CORREÇÃO		
Critério/Competência	Observar	Nota (de 0 a 200)
1. Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.	Desvios ortográficos (o que inclui adequação à Nova Ortografia da língua portuguesa), adequações gramaticais e repertório lexical variado e adequado ao tema.	
2. Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.	Adequação ao tema proposto e à estrutura do texto dissertativo-argumentativo. Presença de recorte temático significativo que contemple os impactos sociais, econômicos e ambientais da flexibilização das leis ambientais, de acordo com os textos de apoio apresentados. Obs.: Redações que tangenciem o tema devem ter desconto na pontuação, mesmo que apresentem estrutura adequada do texto dissertativo-argumentativo.	
3. Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.	Uso de argumentos válidos, que defendam um ponto de vista, e organizados de forma coerente, resultando no desenvolvimento claro de ideias ao longo do texto.	
4. Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.	Ênfase ao uso adequado dos instrumentos coesivos ao longo da construção da argumentação. Encadeamento de ideias de forma coerente evitando redundâncias, contradições, discursos vazios, paráfrases e textos prolixos. Texto com introdução, desenvolvimento e conclusão.	
5. Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.	Posicionamento crítico e sugestão de soluções para as questões propostas sem violação de leis ou desrespeito de qualquer natureza aos direitos humanos.	

Diretor-geral
Ricardo Tavares de Oliveira

Diretor adjunto
Cayube Galas

Gerente de conteúdo
Júlio Ibrahim

Gerente de produção e design
Letícia Mendes de Souza

Autora
Luciana Barbosano

Editora
Cláudia Winterstein

Editora assistente
Ana Araújo

Colaboradora
Raquel Nakasone

Coordenador de eficiência e analytics
Marcelo Henrique Ferreira Fontes

Analista de fluxo
Letícia Bovolon Bezerra

Supervisora de preparação e revisão
Adriana Soares de Souza

Preparador
Daniel Haberli Silva

Revisora
Eliana Medina

Coordenadora de imagem e texto

Marcia Berne

Pesquisa
Equipe FTD

Coordenadora de arte
Daniela Máximo

Projeto gráfico
Carolina Alves Ferreira

Supervisor de arte
Fabiano dos Santos Mariano

Editora de arte
Gabrielly Alice da Silva